II - um representante da Secretaria da Casa Civil, indicado pelo Titular da Pasta;

III - um representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, indicado pelo Titular da pasta;

IV - dois representantes de cada Universidade Pública Estadual, indicados pelos respectivos Reitores;

V - dois representantes dos estabelecimentos de ensino privados, indicados pelo respectivo sindicato da categoria econômica;

VI - um representante das Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo - ETECs, indicado pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação;

VII - dois representantes da sociedade civil, indicados pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e por entidade protetora de animais legalmente estabelecida no Estado;

VIII - um representante do Poder Legislativo, indicado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

Parágrafo único – Compete ao Presidente dirigir os trabalhos da Comissão, convocar e presidir as reuniões, bem como designar, entre os integrantes da Comissão ou entre servidores das Pastas representadas, um Secretário Executivo para apoiar sua atuação.

Artigo 3º - A participação na Comissão é considerada serviço público relevante, vedada a remuneração a qualquer título.

Artigo 4º - Compete à Comissão:

I – monitorar, mediante levantamentos, inspeções e coleta de informações e dados, a efetiva observância, pelos estabelecimentos de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio da área biomédica, no âmbito do Estado de São Paulo, das normas relativas à criação e utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa científica, estabelecidas pela Lei federal nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, bem como das resoluções e portarias editadas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA;

II – verificar a constituição e o regular funcionamento das Comissões de Ética no Uso de Animais - CEUAs, nas instituições com atividades de ensino ou pesquisa com animais, na forma estabelecida pelos artigos 8º e 9º da Lei federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

Parágrafo único – A Comissão deverá apresentar relatórios semestrais, discriminando as atividades desempenhadas no período, que poderão ser encaminhados ao CONCEA para subsidiar a atuação do órgão, no exercício das competências estabelecidas no artigo 5º da Lei federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, sem prejuízo da imediata comunicação de situações em desacordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, para fins de aplicação das sanções previstas no artigo 17 do referido diploma legal.

Artigo 5º - Cabe à Secretaria do Meio Ambiente assegurar o suporte administrativo para o funcionamento da Comissão.

Artigo 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de setembro de 2017

GERALDO ALCKMIN

Arnaldo Calil Pereira Jardim

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Maurício Benedini Brusadin

Secretário do Meio Ambiente

Samuel Moreira da Silva Junior

Secretário-Chefe da Casa Civil

Saulo de Castro Abreu Filho

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 27 de setembro de 2017.

Atos do Governador

ATA

PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da Lei Est. 9.361-96

Data: 14-9-2017,

Local: Salão dos Conselhos, Palácio dos Bandeirantes.

Conselheiros

Presidente: SAULO DE CASTRO ABREU FILHO - Secretário de Governo, ELIVAL DA SILVA RAMOS - Procurador Geral do Estado, HÉLCIO TOKESHI, Secretário da Fazenda, RICARDO TOLEDO SILVA, Secretário Adjunto de Energia e Mineração, representante indicado pelo Secretário JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES, PABLO ANDRES FERNANDEZ UHART, Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão, representante indicado pelo Secretário de Planejamento MARCOS ANTONIO MONTEIRO.

Convidados

KARLA BERTOCCO TRINDADE - Subsecretária de Parcerias e Inovação, MAURO GUILHERME JARDIM ARCE, Presidente da Companhia Energética de São Paulo – CESP, MARIO ENGLER PINTO JÚNIOR, Diretor Presidente da CPP, TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA, Diretor Econômico-Financeiro da CPP, ANTONIO ROGÉRIO SOARES FERREIRA e RODRIGO MACHADO MOREIRA SANTOS, representantes dos assessores contratados pelo Estado de São Paulo.

Assunto: Processo de alienação do controle acionário da CESP – Edital de Licitação SF Nº 001/2017

Uma vez reunidos, o Presidente do CDPED, SAULO DE CASTRO ABREU FILHO, procedeu à abertura da reunião e passou a palavra ao Secretário da Fazenda, HÉLCIO TOKESHI, que expôs aos demais conselheiros o andamento do processo desde a publicação do edital e submeteu à ponderação dos demais conselheiros os seguintes fatores:

A grande ampliação do conjunto de ativos de infraestrutura em oferta no mercado;

A pertinência, colhida junto a interessados no processo de privatização da CESP, de eventuais ajustes que busquem elevar a competitividade do leilão, sem prejuízo aos atuais acionistas;

Diante das ponderações apresentadas, os Conselheiros deliberaram suspender o certame pelo prazo necessário à avaliação sobre a pertinência de eventuais ajustes. Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do CDPED, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião, da qual eu, ISADORA CHANSKY COHEN, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO

HÉLCIO TOKESHI

ELIVAL DA SILVA RAMOS

PABLO ANDRES FERNANDEZ UHART

RICARDO TOLEDO DA SILVA

ISADORA CHANSKY COHEN

S.P. 14-9-2017

(Publicado novamente por ter saído com incorreções)

Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, instituído por força da LE 9.361-1996

Data: 18/08/2017, 15h00, Local: Salão dos Conselhos, Palácio dos Bandeirantes.

Conselheiros

Presidente: SAULO DE CASTRO ABREU FILHO - Secretário de Governo, JOSÉ RENATO FERREIRA PIRES - Procurador Geral do Estado Adjunto, representante indicado pelo Procurador Geral do Estado Elival da Silva Ramos, TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA - Diretor da Companhia Paulista de Parcerias-CPP, representante indicado pelo Secretário da Fazenda Hélcio Tokeshi, MARCO ANTONIO CASTELLO BRANCO - Chefe de Gabinete da Secretaria

de Energia e Mineração, representante indicado pelo Secretário de Energia e Mineração João Carlos de Souza Meirelles, PABLO ANDRES FERNANDEZ UHART - Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Gestão, representante indicado pelo Secretário Marcos Antonio Monteiro.

Convidados

LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO - Secretário de logística e Transportes, CLODOALDO PELISSIONI - Secretário dos Transportes Metropolitanos, PAULO MENEZES FIGUEIREDO - Diretor Presidente da Companhia do Metropolitanos de São Paulo/Metrô, GIOVANNI PENGUE FILHO - Diretor-Geral da Agência de Transporte do Estado de São Paulo/ARTESP, PAULO MAGALHÃES BRESSAM – Diretor Presidente da Fundação Zoológico, KARLA BERTOCCO TRINDADE - Subsecretária de Parcerias e Inovação.

Linha 15 Prata (Monotrilho) do Metrô

Uma vez reunidos os membros do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, o Presidente, SAULO DE CASTRO ABREU FILHO, procedeu à abertura dos trabalhos referindo-se ao projeto denominado “Concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros na Linha 15 Prata do Metrô”, e passou a palavra ao Diretor Presidente do Metrô, PAULO MENEZES FIGUEIREDO, que iniciou com a reprodução audiovisual sobre o estágio das obras de implantação da Linha 15, que estão sendo realizadas pelo Metrô. Na sequência, fez um breve relato do histórico de encaminhamentos do projeto, o qual foi objeto de apreciação deste Conselho na 219ª Reunião Ordinária, em 02/06/2016, que decidiu pela constituição do Comitê de Análise Preliminar (CAP) para aprofundamento dos estudos da proposta pública submetida por meio da Plataforma Digital de Parcerias. O Relatório do CAP foi avaliado pelo CDPED em sua 222ª Reunião Ordinária, realizada em 06/12/2016, que, na ocasião, deliberou pela aprovação de tal Relatório com a modelagem preliminar do projeto, assim como pela formação de Grupo de Trabalho (GT) responsável pela maturação dos estudos da modelagem e pela realização de um chamamento público específico para desenvolvimento de determinados aspectos. Em 25/02/2017 foi publicado o Edital de Chamamento Público com vistas a colher contribuições da iniciativa privada com relação à “Demanda” e às “Receitas Acessórias (não tarifárias)”, sendo os estudos recebidos em 24/07/2017. A seguir, reportou o andamento dos trabalhos que têm sido desenvolvidos pela Comissão de Trabalho, criada pela Resolução STM n.º 41 de 12 de maio de 2017, com a função de subsidiar o GT na estruturação do Projeto de Parceria envolvendo a concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros na Linha 15 da Rede Metroviária de São Paulo, que são: (i) análise preliminar sobre os estudos obtidos no âmbito do Chamamento Público n.º 001/2017; (ii) apresentação de modelo econômico-financeiro preliminar do Projeto de Parceria; (iii) definição dos aspectos preliminares da modelagem, dentre os quais se destacam o prazo de concessão de 30 (trinta) anos e o critério de julgamento de maior valor de obra. Também discorreu sobre o cronograma de entrega das obras públicas, que prevê a conclusão do trecho “Oratório (exclusivo) - São Mateus”, com 8 estações, até março/2018, e o trecho “São Mateus (exclusivo) – Iguatemi”, com previsão de finalização para março/2021, completando o escopo do projeto com 11 estações e 1 pátio, totalizando 15,34 km de extensão, e observou que as estações Vila Prudente (integração com a Linha 2 Verde do Metrô) e Oratório, bem como o pátio, já estão em plena operação, esclarecendo que o contrato preverá uma fase de pré-operação de 6 meses, período em que o Metrô realizará a transferência da operação do trecho “Vila Prudente-Oratório” ao concessionário.

Finda a apresentação e dirimidas as dúvidas, os Conselheiros apresentaram as seguintes recomendações: (i) avaliar a possibilidade de se exigir que a concessionária instale painéis fotovoltaicos no Pátio Oratório, em todas as estações da Linha, e nas demais infraestruturas operacionais, visando à diminuição do consumo de energia, além da obtenção de benefícios tributários e do cumprimento de compensações ambientais; e (ii) avaliar a viabilidade de transferência de determinados investimentos necessários à implantação do trecho entre as Estações Oratório e Iguatemi como obrigação para a futura concessionária. Feitas essas considerações, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a realização de audiência pública.

Expansão da Hidrovia Tietê

Dando continuidade à reunião, o Presidente do CDPED referiu-se a proposta submetida na Plataforma Digital de Parcerias pelo Grupo “Navega no Rio Brasil”, que previa a concessão da “Hidrovia Tietê”, contemplando os serviços de (i) manutenção, conservação e construção de barragem para extensão das vias navegáveis, (ii) expansão e operação dos sistemas de eclusas, e (iii) construção e gestão de infraestrutura comum de terminal multimodal hidrô ferroviário. Relatou aos Conselheiros que tal propositura foi apreciada, anteriormente, no âmbito da 224ª reunião, realizada em 06/04/2017, e que na oportunidade foi autorizada a constituição do Comitê de Análise Preliminar (CAP) com o objetivo de estudar melhor o objeto da MIP, e, em seguida, passou a palavra ao representante da Secretaria de Logística e Transportes, SILVIO MASSARU ICHIHARA, que iniciou fazendo uma breve exposição sobre o escopo da proposta, que propunha prazo contratual de 35 anos e a realização das seguintes ações: (i) desenvolvimento de novos terminais no Porto Multimodal em Laranjal Paulista, (ii) duplicação de 6 eclusas, (iii) construção de eclusa e barragem em Anhembi Paulista, (iv) adequação da via navegável até Laranjal Paulista, e (v) nova usina geradora de energia de ~30 MW/ano. A seguir, explanou as avaliações incluídas no Relatório do CAP. Primeiramente, apresentou os aspectos técnicos e econômico-financeiros apresentados na MIP, bem como a conclusão do CAP de que foram utilizadas pela proponente estimativas extremamente otimistas, buscando, na formulação do valor da tarifa, tornar a proposta viável para mantê-la dentro do regime de concessão comum, o que resultou na triplicação do preço do frete que atualmente é praticado na hidrovia. Foi mencionado, ainda, que a Proposta não considerou a variável “distância transportada” no modelo. Explicou-se que a demanda projetada estaria bastante “alavancada”, o que se verificaria a partir da constatação dos seguintes aspectos: (i) desconsideração de eventual elasticidade preço-demanda; (ii) projeções muito otimistas de crescimento da produção agroindustrial em regiões com produção já consolidada; (iii) cenários sem competição modal que desconsideram os avanços dos projetos logísticos em andamento; (iv) expectativa de capacidade ilimitada do sistema multimodal composto pela hidrovia (São Simão-Laranjal Paulista) e ferrovia (Laranjal Paulista-Santos); e (v) na operação plena, sem quaisquer tipos de riscos associados. Do ponto de vista jurídico, foram analisadas algumas premissas, destacando-se os aspectos relacionados à titularidade das eclusas, uso múltiplo das águas, vedação a eventuais subsídios cruzados entre serviços de operação e manutenção de eclusas e de geração de energia elétrica e competência para outorga da penca central hidrelétrica, indicando alguns pontos sensíveis a serem melhor avaliados. Finda a exposição o Secretário de Logística e Transportes destacou que, apesar da proposta apresentada ser insatisfatória, há interesse da Secretaria em estudar de forma mais aprofundada o assunto e as alternativas para melhor utilização da hidrovia, incluindo um sério estudo de demanda. Na mesma direção, o Secretário de Governo e Presidente do CDPED, SAULO DE CASTRO ABREU FILHO, observou que o Estado tem investido na Hidrovia do Tietê visando a prestação de serviço mais adequado e que o principal foco dos investimentos deveria ser a diminuição de gargalos e a melhoria na operação da via navegável, objetivando redução do tempo de viagem e tornando o sistema hidroviário mais competitivo. Diante disso considerando que há interesse

público no desenvolvimento do projeto e na revitalização do modal, sugeriu o Secretário que os trabalhos de desenvolvimento dos estudos deveriam prosseguir, buscando viabilizar a modelagem do projeto de concessão da Hidrovia Tietê, com enfoque no aprofundamento (a) do estudo de demanda, (b) do plano de negócios, principalmente com relação às receitas tarifárias e acessórias, e (c) da análise de concorrência e de integração com os outros sistemas de transporte de carga.

Depois de acolhidas todas as considerações e de esclarecidas as dúvidas, os Conselheiros do CDPED, decidiram, por unanimidade, (i) pela constituição de um Grupo de Trabalho para estruturação da modelagem do projeto de concessão da Hidrovia do Tietê, desvinculada da Proposta submetida pelo Grupo “Navega no Rio Brasil”, a qual, na forma como foi proposta pela proponente, não foi acolhida por esse Colegiado; e (ii) pela potencial realização de chamamento público.

Pátios Veiculares

Na sequência, o Presidente do CDPED passou para o próximo item da pauta, referindo-se a Proposta “Projeto de Gestão da Remoção, Custódia e Leilões de Veículos Apreendidos”, submetida pelo grupo de empresas Uzêda, Ecopav e L3 Participações, e que foi, anteriormente, apreciada por este Conselho em sua 221ª Reunião Ordinária de 19/10/2016. Na ocasião, foram apresentadas as diretrizes da MIP, que propunha a concessão dos serviços dos Pátios Veiculares pelo prazo de 30 anos, prevendo a implantação de estrutura logística com gerenciamento de informações, incluindo construção de pátios para a guarda e leilão de veículos apreendidos e aquisição de equipamentos para remoção, e o CDPED decidiu pela aprovação da formação do Comitê de Análise Preliminar (CAP) para aprofundar os estudos do objeto e do modelo de negócios propostos, a fim de alinhar com os setoriais envolvidos (Secretaria de Segurança Pública – Polícia Civil, Secretaria de Logística e Transportes – DER, e Secretaria de Planejamento e Gestão – DETRAN) qual seria a forma mais adequada de gestão para os Pátios Veiculares do Estado de São Paulo. A seguir, foi passada a palavra ao representante do CAP que deu início à apresentação das análises do Comitê quanto aos aspectos econômico-financeiro e jurídico da proposta. Com relação à modelagem econômico-financeira, foram apresentadas as premissas e os resultados obtidos nas simulações de 6 cenários com prazos variando de 15 a 25 anos para a concessão. Além disso, o CAP identificou os seguintes pontos que deverão ser mais bem aprofundados: (i) a possibilidade de receitas acessórias; (ii) o estudo de demanda; (iii) o estudo de quantidade de pátios ou como será a distribuição dos lotes de concessão; e (iv) a destinação do estoque de veículos no final da concessão. Sobre a modelagem jurídica, foram relatadas as questões debatidas no âmbito do CAP. Esclareceu que o Parecer PA-3 nº 01/2001 entende possível a contratação de particulares para a execução material de atos acessórios ao poder de polícia, tais como a remoção (guinchos) e o depósito/guarda do veículo (pátio), porém que o ato de apreensão policial ou administrativa, em si, é indelegável. Também, deixou consignado que a concessão comum da Lei nº 8.987/1995 não seria admissível para reger a contratação desses serviços, uma vez que a atividade implica na sujeição de particular ao exercício de poder de polícia (a implicar, portanto, na cobrança das taxas instituídas na legislação estadual) e não de relação contratual em que o particular usufrui de uma utilidade, o que tornaria possível a cobrança de tarifa para remunerar o particular. Diante da alteração legislativa decorrente da inclusão do art. 271, §§ 11º e 12º do CTB (Código de Trânsito Brasileiro) pela Lei federal nº 13.281/2016, a questão foi novamente submetida à análise da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, que entendeu que, mesmo diante das alterações no CTB, permanece inalterado o posicionamento institucional da PGE no sentido da inadequação do modelo de concessão comum para esse tipo de contratação.

Finalizada a exposição, os Conselheiros discutiram os possíveis entendimentos e desdobramentos para o prosseguimento dos estudos do projeto em face do Parecer PA-3 nº 01/2001, e fundamentados no art. 9º, § 2º do Decreto Estadual nº 61.371/2015, decidiram, por unanimidade, que, antes de deliberar os próximos passos para a presente proposta de parceria, seria imprescindível a realização de uma consulta formal a Procuradoria Geral do Estado com relação aos seguintes assuntos: (i) implicações do novo §11º do art. 271 do CTB, ao dispor que os “custos dos serviços de remoção e estada prestados por particulares poderão ser pagos pelo proprietário diretamente ao contratado”; e (ii) entendimento quanto à possível dissociação entre os serviços analisados pelo CAP (remoção e estada de veículos apreendidos) e o exercício de poder de polícia. Dessa forma, fica condicionada a próxima deliberação sobre o projeto à apreciação por este Conselho da Manifestação Formal da PGE.

Concessão de Acesso e Direito de Uso de Áreas Públicas para Postos de Serviços e Áreas de Descanso

Dando continuidade à ordem do dia, o Presidente do CDPED introduziu o assunto referindo-se a proposta de “Concessão de Acesso e Direito de Uso de Áreas Públicas para Postos de Serviço e Áreas de Descanso no Rodoanel Mario Covas”, cujo escopo do projeto estava sendo desenvolvido no âmbito da Agência de Transportes do Estado de São Paulo-ARTESP, e passou a palavra ao Diretor-Geral da ARTESP, GIOVANNI PENGUE FILHO, que iniciou a apresentação explanando que se trata de proposta para concessão de direito real de uso, contemplando a implantação de uma rede de postos de serviços com áreas de descanso para caminhoneiros, além de outras atividades correlatas, instaladas em áreas circunscritas e lineares ao Rodoanel Mario Covas, com vistas a propiciar maior conforto, segurança e serviços de qualidade aos usuários, além do aproveitamento de bens públicos ociosos. Foram prospectadas 04 áreas potenciais, de forma que cada trecho do Rodoanel tenha um Posto de Serviço com Área de Descanso, prevendo nas diretrizes da modelagem: (i) cessão de áreas públicas, ingressadas pelos respectivos acessos (entrada e saída), com obrigação de instalação de Posto de Serviço e Área de Descanso, no prazo de até 24 meses, permitindo a geração de receitas compartilháveis; (ii) autorização de acessos adicionais para implantação de Postos de Serviço e Áreas de Descanso em terrenos privados, conforme necessário, no prazo de até 48 meses, e se necessário, criando a oportunidade de capturar receita compartilhável; (iii) modelo que permita ao Concessionário desenvolver empreendimentos com finalidade associada, capazes de gerar receitas adicionais a ser, eventualmente, compartilhadas com o Estado de São Paulo. Preambularmente, esclareceu que já fora autorizado o reforço do policiamento nos trechos do Rodoanel em questão, e que as tratativas junto à Secretaria de Segurança Pública já foram iniciadas. Na finalização, discorreu sobre a resolução das restrições ambientais, pontuando a necessidade de aprofundar os estudos sobre quais seriam as áreas mais apropriadas para o desenvolvimento de tal proposta.

Finda a apresentação e dirimidas as dúvidas, o Presidente do CDPED submeteu a matéria ao Colegiado, que decidiu, por unanimidade, autorizar a formação de Grupo de Trabalho (GT) para realização de Audiência Pública no mês de setembro/2017, com vistas a colher, junto à iniciativa privada, contribuições para estruturação do projeto, recomendando que, (i) depois de cumprida essa etapa, a modelagem com as principais diretrizes da licitação retorne ao Colegiado para deliberação dos próximos passos, e que (ii) seja realizada avaliação técnica prévia sobre a vedação prevista no artigo 2º do Decreto Estadual nº 55.498/2010.

Espaço Mata Atlântica – Zoológico de São Paulo

Na sequência, entrou em pauta o último assunto da ordem do dia. O Presidente do CDPED referiu-se à Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP) denominada “Espaço Mata Atlântica - Zoológico de São Paulo”, que foi submetida

na Plataforma Digital de Parcerias pelas empresas: F.E. Blanke, Greenheart, Tectom e Ambiental Consulting, protocolizada sob o n.º 00011/2017, propondo a concessão de área contida no interior do Parque Zoológico de São Paulo para implementação do Espaço Mata Atlântica, e passou a palavra ao Diretor-presidente da Fundação Parque Zoológico, PAULO MAGALHÃES BRESSAM, que introduziu a apresentação relatando que a atual gestão do Zoo já promoveu e conquistou diversas melhorias para o parque por meio de parcerias firmadas com a iniciativa privada e outras instituições de pesquisa e de comunicação, e que essa proposta de implantação de um novo atrativo no zoológico, capaz de proporcionar aos usuários a possibilidade de caminhar em passarelas na altura da copa das árvores e observar os animais em seu habitat natural. Na mesma perspectiva, esclareceu que tal proposta possui um forte apelo de educação e sensibilização ambiental, vindo ao encontro dos objetivos da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, dos quais se destaca, especialmente, o de “manter uma população de animais vivos de todas as faunas, para educação e recreação do público”. Além disso, conforme exposição, a área indicada para implantação do projeto, atualmente, é considerada ociosa, e a regeneração desse espaço com a instalação de novos atrativos e equipamentos, complementa as atividades já existentes no zoológico, propiciando potencial aumento da demanda e, consequentemente, das receitas. A seguir, passou a discorrer a respeito do prazo contratual proposto, estimado em 15 anos, sendo que, durante este período, a concessionária seria responsável pela: (i) implantação dos atrativos como o circuito de Canopy Walkway, recintos dos animais, receptivo, restaurante, praça central, paisagismo, mobiliário e deck para piquenique; (ii) qualquer tipo de passivo decorrente de obras e benfeitorias que realizar; (iii) todos os encargos relacionados à manutenção, limpeza e conservação da área e de suas infraestruturas, bem como se responsabilizaria pelas condições das mesmas, realizando inspeções e monitoramento contínuo. Ao final, mostrou a planta do projeto básico das novas instalações e, no mapa, a localização exata do Zoológico de São Paulo e o local proposto para a nova atração.

Na sequência, o Presidente do CDPED, SAULO DE CASTRO ABREU FILHO, submeteu a matéria para aprovação dos Conselheiros, que decidiram, por unanimidade, autorizar a constituição de Comitê de Análise Preliminar (CAP) para aprofundamento dos estudos da proposta quanto aos aspectos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica, recomendando: (i) definir com clareza o regime de concessão do presente Projeto de Parceria; (ii) aprofundar os estudos a respeito de quais atividades e serviços poderão ser explorados pelo concessionário; (iii) analisar a demanda, bem como o valor das tarifas propostas; e (iv) detalhar melhor a área objeto da concessão.

Nada mais havendo a ser discutido, o Presidente do CDPED, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião, da qual eu, ISADORA CHANSKY COHEN, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos presentes.

SAULO DE CASTRO ABREU FILHO

JOSÉ RENATO FERREIRA PIRES

TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA

MARCO ANTONIO CASTELLO BRANCO

PABLO ANDRES FERNANDEZ UHART

LAURENCE CASAGRANDE LOURENÇO

CLODOALDO PELISSIONI

PAULO MAGALHÃES BRESSAM

ISADORA CHANSKY COHEN

S.P. 18-8-2017

PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Ata da 78ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, instituído por força da Lei Est. 11.688-2004

Data: 18-8-2017, 16h30

Local: Salão dos Conselhos, Palácio dos Bandeirantes.

Conselheiros

Presidente: SAULO DE CASTRO ABREU FILHO - Secretário de Governo, JOSÉ RENATO FERREIRA PIRES - Procurador Geral do Estado Adjunto, representante indicado pelo Procurador Geral do Estado Elival da Silva Ramos, TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA - Diretor da Companhia Paulista de Parcerias/CPP, representante indicado pelo Secretário da Fazenda Hélcio Tokeshi, PABLO ANDRES FERNANDEZ UHART - Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento e Gestão, representante indicado pelo Secretário Marcos Antonio Monteiro, SAMUEL MOREIRA DA SILVA JÚNIOR, Secretário Chefe da Casa Civil.

Convidados

BENEDITO BRAGA - Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, ANTONIO CELSO DE ABREU JÚNIOR, Subsecretário de Energias Renováveis, VICCENZO CARONE – Diretor Técnico da Secretaria de Educação, KARLA BERTOCCO TRINDADE - Subsecretária de Parcerias e Inovação, ISADORA CHANSKY COHEN - Responsável pela Unidade de Parcerias Público-Privadas-UPPP.

Escola Sustentável – Eficiência Energética/Usos Racionais da Água

Uma vez reunidos os membros do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, o Presidente do CGPPP, SAULO DE CASTRO ABREU FILHO, procedeu à abertura dos trabalhos referindo-se à proposta de PPP (MIP), denominada “Escola Sustentável – Eficiência Energética/Usos Racionais da Água”, submetida na Plataforma Digital de Parcerias pela empresa Ductor Implantação de Projetos Ltda. Tal proposta foi apreciada, anteriormente, pelo Conselho Gestor de PPP em sua 74ª Reunião Ordinária, realizada em 23/02/2017, sendo que em tal ocasião os conselheiros deliberaram pela aprovação da formação do Comitê de Análise Preliminar (CAP) para aprofundamento dos estudos que figuram como objeto da MIP. Em seguida, passou a palavra ao representante da Secretaria de Educação, VICCENZO CARONE, que rememorou o escopo do projeto, explicitando as três esferas que o compõe: (i) autoprodução e racionalização energética – abrangeria 5.000 escolas, envolvendo a implantação e operação de fontes de energia renovável, em especial as geradoras de energia solar (placas fotovoltaicas), quando viável; (ii) uso racional de água – contemplaria 4.000 escolas, prevendo a autoprodução, através da utilização de águas pluviais (quando possível) e racionalização do uso, com a utilização de aparelhos sanitários e metais de alta eficiência; e (iii) educação e conscientização do público que usufruía diretamente dos benefícios de implantação do projeto. Apresentou as iniciativas que vem sendo atualmente carreadas no âmbito da SEE, com intuito de atingimento dos objetivos de redução de energia elétrica e água na rede estadual de ensino, destacando a formalização de 08 convênios com o propósito de gerar redução do consumo de energia elétrica em 2.340 unidades escolares (tendo sido possível observar, nesta frente, uma economia de cerca de R\$ 13 milhões por ano); bem como a implantação do “Programa de Uso Racional da Água” (PURA), em parceria com a SABESP, o qual abrange 1.008 escolas e tem propiciado economia anual estimada de aproximadamente R\$ 40 milhões. Passou a discorrer a respeito do trabalho que foi desenvolvido pelo Comitê de

Análise Preliminar, assim como acerca dos apontamentos apresentados no Relatório do CAP, chamando atenção para os aspectos que merecerão maior atenção e demandarão aprofundamento dos estudos no âmbito das análises que deverão ser realizadas pelo Grupo de Trabalho. Em especial, destacou a necessidade de se atentar para os seguintes aspectos: (i) definir a matriz de riscos e as obrigações de cada uma das partes envolvidas no projeto; (ii) estabelecer regimento relacionado à necessidade de atualização tecnológica dos equipamentos; (iii) implementar sistema de monitoramento e de fiscalização dos indicadores de desempenho, os quais serão relevantes para o cálculo da contrapartida do Estado devida; (iv) definir